



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 148228 - MG (2021/0164832-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MAGNO HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MAGNO HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.058762-2/000).

O recorrente, preso em flagrante no dia 2/4/2021, teve a prisão convertida em preventiva no dia seguinte pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

Sustenta que estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado na inidoneidade dos fundamentos do decreto preventivo, que não teriam demonstrado concretamente a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Argumenta que a medida extrema seria desproporcional, uma vez que, em improvável condenação, a sanção aplicada seria mais branda do que a prisão, mormente diante das condições pessoais favoráveis.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar.

Solicitadas prévias informações, o Juízo processante informa, às fls. 186-191, que os autos encontram-se com carga à defesa desde 27/5/2021.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem, mediante a imposição de medidas cautelares do art. 319 do CPP. Notícia, ainda, o oferecimento e o recebimento da denúncia, com a designação da audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 16/7/2021.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente